

ROMANIZAÇÃO E OS SÉCULOS XX E XXI: A DISSOLUÇÃO DE UM CONCEITO

*Bruno dos Santos Silva*¹

RESUMO: Este artigo pretende traçar um panorama sobre o papel do conceito de Romanização nos estudos relativos aos contatos entre romanos e os povos de regiões para além da península Itálica. Procuraremos analisá-lo tendo como pano de fundo as transformações que a própria disciplina História sofreu desde o século XIX. O artigo visa entender como as mudanças de paradigmas, do Estado-Nação às identidades, afetaram os usos e os significados deste conceito.

PALAVRAS-CHAVE: Romanização; Império Romano; Províncias; Estado-Nação; Identidades.

ABSTRACT: This paper intends to sketch an overview on the role of the concept of Romanization in the studies about the contact between the Romans and the people from regions outside the Italian peninsula. The analysis of this concept will be made with the changes the discipline of History has been passing through since the 19th century as its background, aiming at how the paradigm changes, from the Nation State to the Identity models for antiquity, impact the uses and meanings of that concept.

KEYWORDS: Romanization; Roman Empire; Provinces; Nation State; Identities

Introdução

A ideia de Romanização é um dos conceitos mais controversos, mas também um dos que tem sido mais utilizado pelos historiadores do império romano. Vem sendo utilizado em contextos em que se pretende estudar a influência da conquista romana sobre as populações que entravam em contato com o estilo de vida e com o poder do povo invasor.

Desde o século XIX este conceito tem marcado presença nos diversos trabalhos historiográficos e arqueológicos. E suas mudanças têm acompanhado as transformações teóricas pelas quais os estudos sobre antiguidade têm passado. Se tal conceito surgira extremamente influenciado pelo debate da criação dos Estados Nacionais do século XIX, hoje a Romanização enfrenta críticas por parte de estudiosos que passaram a problematizar suas pesquisas sobre o viés dos estudos identitários, além das influências de conceitos

¹ Mestrando do programa de pós-graduação em História Antiga do Departamento de História da FFLCH da USP; membro do LEIR-MA/USP.

contemporâneos, como a globalização, na maneira de enxergar as transformações na antiguidade.

Esse artigo pretende traçar um amplo panorama das transformações pelas quais o conceito de Romanização tem passado: os seus diferentes usos e as críticas que ele tem sofrido. Faremos essa análise tendo como pano de fundo as mudanças historiográficas mais importantes pelas quais passaram os estudos sobre a antiguidade. Começaremos com os especialistas do final do XIX e início do século XX que, influenciados pelo contexto de crescimento de importância dos Estados Nacionais, deram ao termo o sentido de evolução moral, de passagem da barbárie para a civilização. Em seguida, falaremos da importância na mudança de perspectiva nos anos 1950 e 1960 nas ciências humanas, e como os estudos sobre antiguidade foram afetados. Ao final, teremos três blocos de análise que procurarão analisar os rumos que os trabalhos sobre os contatos entre Roma e os povos de várias regiões foram tomando nos últimos 50 anos, ou seja, como o conceito de Romanização tem aparecido nestes estudos.

Romanização e o Estado Nação

Andrew Lintott, no primeiro capítulo do nono volume da *Cambridge Ancient History*, que trata da crise da República Romana, atribui a Maquiavel uma das primeiras análises sobre a transição para o Império no final do século I a.C. Em sua obra "*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*" Maquiavel atribuiria "ao militarismo e ao multiracialismo" as origens do Declínio de Roma. Falando de uma época em que a "organização social e política das cidades eram emprestadas da República de Roma", o autor do *Príncipe* teria procurado fortalecer o papel do Senado, que, em sua opinião, deveria ter tomado maiores cuidados para não permitir que grande parte dos soldados-cidadãos se aproximasse perigosamente dos generais, em detrimento do principal órgão decisório da cidade (LINTOTT, 1994, pp. 10-11).

Mas é com Mommsen e os historiadores do final do século XIX e início do XX que os grandes estudos sobre Roma serão realizados. A obra ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura de 1902, *História de Roma (Römische Geschichte)*, de Christian Matthias Theodor Mommsen propunha um olhar diferente para a crise da República: diferente de Maquiavel, e mesmo de autores como Montesquieu, a ascensão do principado não era mais

vista como decadência moral dos ideários republicanos, mas sim como salvação de Roma (LINTOTT, 1994, p. 12). Mommsen confrontara o Senado romano ao Parlamento inglês de sua época, procurando comparar a luta entre *optimates* e *populares* às disputas entre Conservadores e Liberais, com o objetivo de mostrar que a Guerra Civil era travada por uma elite incompetente de homens que brigavam por interesses pessoais, não havendo nenhum espaço para o resto dos cidadãos. Uma revolução feita por forças militares, estabelecendo uma monarquia, seria mais representativa da população de todo o império (LINTOTT, 1994, p. 12).

Mommsen identifica uma grande diferença entre os dois órgãos decisórios dos impérios em questão, o Romano e o Britânico: enquanto o Parlamento apresentava-se como democrático e fortalecia o poder da Inglaterra sobre suas colônias, o Senado e seus senadores seriam os responsáveis por quase destruir as conquistas realizadas por Roma, precisando recorrer a uma monarquia de cunho militar para salvar o império.

Essa comparação entre os Impérios Britânico e Romano não se reduz ao âmbito político na “História de Roma”. Vejamos o trecho a seguir:

Por força da lei, segundo a qual um povo que tenha evoluído para formar um Estado absorve seus vizinhos que estão na infância política, e um povo civilizado absorve seus vizinhos que ainda estão na infância intelectual – em virtude desta lei, que é tão universalmente válida e tão natural quanto a lei da gravidade – a nação Romana (a única na antiguidade capaz de combinar um desenvolvimento político superior e uma civilização superior, embora tenha apresentado esta última apenas em uma forma imperfeita e externa) teve o direito de reduzir à sujeição os Estados gregos do Oriente que estavam prontos para a destruição, e despojar os povos ocidentais em um nível cultural inferior – Líbios, Iberos, Celtas, Germanos – por meio de seus colonos; assim como a Inglaterra com igual direito tem, na Ásia, reduzido à sujeição uma civilização de reputação rival, mas politicamente impotente, e na América e Austrália tem marcado e enobrecido, e ainda continua a marcar e enobrecer, extensos países bárbaros com a marca de sua nacionalidade. (MOMMSEN, 2001. pp. 1934)

Neste trecho o historiador alemão, ao comentar o projeto expansionista de Roma, faz uma referência positiva ao imperialismo inglês. Alguns pesquisadores, recentemente, têm feito comentários da obra de Mommsen a partir dessas ideias apresentadas. Na maioria dos casos, ressaltam sua evidente defesa da política externa Britânica na passagem do século XIX para o XX (FREEMAN, 1997, p. 30). Podemos, entretanto, notar um outro

aspecto, qual seja, as implicações teóricas do posicionamento e das opções políticas deste e de outros autores. A estratégia de traçar paralelos diretos – sempre positivos – entre dois processos, aparentemente distintos, de ampliação de fronteiras, o romano e o inglês (do período pré-guerras mundiais), trará sérias consequências às análises posteriores. Essa prática historiográfica, que vê sinais de avanço e progresso na adoção de padrões romanos pelas populações dos locais conquistados, será, via de regra, a preponderante nos estudos sobre antiguidade de meados do século XIX ao começo do pós-segunda guerra mundial.

Essa historiografia do século XIX tinha, como podemos perceber nos escritos de Theodor Mommsen, um paradigma bem claro: o Estado-Nação. Desta forma, suas análises dialogariam, conscientemente ou não, com este tema. Não só os trabalhos acerca da crise da república e da ascensão do império entrariam nessa lógica, como também, e principalmente, aqueles que pesquisassem o contato entre romanos e povos dominados. Desde então, passou-se a tentar entender como os imperadores conseguiram criar as estruturas do Império, além, claro, das estratégias que o sustentaram durante tantos anos. Logo, apresentar Roma como a detentora da civilização, sendo conclamada pelos conquistados a salvá-los da barbárie, passou a ser uma das formas de pensar e explicar a passagem da República para o Império.

O conceito de Romanização passa, com isso, a ser utilizado largamente. Da mesma forma que Mommsen havia feito, historiadores como inglês Francis Haverfield (1860–1919) e o francês Camille Jullian (1859 - 1933) estudaram, respectivamente, as províncias da Bretanha e da Gália, a partir de documentação textual, epigráfica e arqueológica, buscando identificar os traços de romanização dessas regiões. Haverfield descreve um processo no qual as culturas romanas e bárbaras se fundiram, prevalecendo os elementos civilizatórios romanos, observáveis, para o autor, na cultura material. “A romanização possuía efetivamente uma qualidade espiritual” para estes autores, aponta Richard Hingley (HINGLEY, 2005, pp. 34). Jullian é mais cauteloso e retira um pouco do peso civilizatório dos romanos. Assim como os outros, uma de suas principais fontes, além da cultura material, é a obra *Agrícola* de Tácito, na qual ele identifica fortes traços de romanização das populações bretãs. Camille Jullian procurará ressaltar também as características positivas dos Gauleses (HINGLEY, 2005, pp. 35), em uma forte referência aos discursos

nacionalistas de seu país, em um movimento muito similar ao de outros historiadores de países como Espanha e Portugal.

Primavera das Identidades

Este panorama – em que as pesquisas associavam romanização ao processo civilizatório que os países europeus pré II Guerra Mundial empreendiam – começa a mudar nas décadas de 1950 e 1960. A configuração de um mundo bipolar, em que a divisão do globo ficara a cabo de Estados Unidos e União Soviética, é acompanhada por uma série de movimentos de independência das antigas colônias na África e na Ásia. O período de descolonização – que começara ainda na década de 1940 com a Desobediência civil de Gandhi e sua *Satyagraha*², além da importante Conferência de Bandung de 1955 – trará consequências políticas, sociais e culturais para um século XX que via o processo de globalização dar seus primeiros passos. Os impérios militares e de ocupação do século XIX ruíam, dando lugar a uma “conquista mais lenta e mais eficaz”, que ligaria diretamente várias regiões africanas ao mercado europeu e norte-americano (SECCO, 2004, p. 69). Guerras civis se multiplicariam nos recém criados Estados independentes da África e da Ásia, provocando enormes deslocamentos populacionais intra e intercontinentais – processo esse que têm chegado ao seu limite nos últimos anos, evidenciado pelas inúmeras manifestações xenófobas nos países europeus, além de medidas de restrição à entrada de estrangeiros em países como a França e a Itália (VIDAL, 2011). No campo da cultura vemos surgir uma série de intelectuais engajados em expurgar as reminiscências do período colonial, destacando as particularidades e ressaltando os pormenores de seus países. Caso paradigmático desse movimento fora Edward Said e sua militância palestina (SADER, 2003, p. 10). Em sua principal obra, *O Orientalismo*, ele trata da invenção do Oriente pelo Ocidente: o primeiro servindo de “espelho no qual (o Ocidente) se reflete para afirmar sua

² “The term satyagraha was coined by me in South Africa to express the force that the Indians there used for full eight years and it was coined in order to distinguish it from the movement then going on in the United Kingdom and South Africa under the name of passive resistance.

Its root meaning is holding on to truth, hence truth-force. I have also called it love-force or soul-force. In the application of satyagraha, I discovered in the earliest stages that pursuit of truth did not admit of violence being inflicted on one’s opponent but that he must be weaned from error by patience and sympathy. For what appears to be truth to the one may appear to be error to the other. And patience means self-suffering. So the doctrine came to mean vindication of truth, not by infliction of suffering on the opponent, but on one’s self.” GANDHI, Statement to Disorders Inquiry Committee (SABARMATI, January 5, 1920).

identidade – eurocentrista e discriminatória” (SADER, 2003, p. 09). Said é um dos responsáveis por trazer à tona a questão das identidades no campo das Ciências Humanas.

Nos estudos clássicos a onda de mudanças não foi sentida com menor intensidade. Com o enfraquecimento dos Estados-nacionais, a evidente repartição do mundo em zonas de influência e os primeiros sinais da emergência de entidades supranacionais – como a Comunidade Européia do Carvão e Aço (Tratado de Paris, 1951) e a Comunidade Econômica Européia (Tratado de Roma, 1957) –, a própria maneira de olhar para o mundo antigo passa por mudanças interessantes. Moses Finley, em 1973 com seu livro “*Ancient Economy*”, começa a melhor esmiuçar os termos de um Mundo Greco-Romano. Não mais se trataria da História de Roma ou da Grécia como se fossem Estados em desenvolvimento contínuo, ambos portadores da civilização que seria herdada pelos europeus. Finley trouxe para o debate o mediterrâneo e as cidades: o mar como palco dos acontecimentos, a história **no** Mediterrâneo de Fernand Braudel, tendo as cidades-Estados como motor das transformações, principalmente econômicas.

Neste mesmo movimento, os historiadores da antiguidade passaram a olhar também para o conceito de Identidade como alternativa para explicar as mudanças observadas nesse mundo greco-romano. A identidade nacional era substituída pelas identidades culturais, tribais, étnicas, familiares, subjetivas e tantas outras possíveis. Os autores responsáveis por esta inversão no olhar pretendiam buscar o que havia sobrevivido à perniciosa presença européia nas antigas colônias, e o que havia nascido da luta de independência desses países: uma literatura independente, que possuísse características próprias, mas que tivesse sofrido a influência do imperialismo (SAID, 1978). Acompanhando essa tendência, o termo Romanização passa a ser fortemente criticado por não dar espaço para que as identidades das populações de todo o Império Romano pudessem ser estudadas plenamente.

Em um de seus livros mais conhecidos, *Cultura e Imperialismo* [1993], Edward Said analisa o período de descolonização como:

Uma imensa onda de atividades, pensamentos e **revisões** anticoloniais e antiimperialistas, em última instância, tem superado o sólido edifício do império Ocidental, desafiando-o, para usar uma brilhante metáfora de Gramsci, em um cerco mútuo. Pela primeira vez, os ocidentais foram obrigados a confrontar-se não simplesmente como os “Raj”, mas como representantes de uma cultura e mesmo de raças acusadas de crimes – crimes de violência, crimes de supressão, crimes de consciência. (SAID, 1993, pp. 195)

Não à toa, Richard Hingley, um dos principais historiadores preocupados em pensar os desdobramentos teóricos do conceito de Romanização, abre o prefácio de seu livro *Roman Officers And English Gentlemen* [2000] com uma citação de Said³. As críticas literárias deste último reverberarão nas palavras de Hingley e de muito outros especialistas.

Richard Hingley é um teórico preocupado com a escrita da História Antiga. Para ser mais exato, este autor tem focado na análise da escrita da História de Roma, e sua produção mais recente é quase toda voltada para o estudo do conceito de Romanização – a esse tipo de trabalho damos o nome de Estudos de Recepção. No supracitado livro, ele faz uma profunda análise da interação entre os discursos historiográficos britânicos do final do XIX e início do XX e as políticas coloniais do Império Britânico. Em seu outro livro *Globalizing Roman Culture* [2005], e em uma série de artigos recentes, este autor procura esboçar algumas vias de superação do que ele e seus companheiros pós-colonialistas vêem como problemas: a apropriação da antiguidade pelo Ocidente e o eurocentrismo nas análises históricas (HINGLEY, 2008, pp. 11); a perpetuação de valores e conceitos de determinados momentos da história da Inglaterra (HINGLEY, 2000, pp. 11); a não-valorização de elementos culturais dos nativos (HINGLEY, 2010, pp. 2), entre outros. Hingley não se posiciona de forma definitiva em uma proposta teórica. Enxerga um aparente esgotamento na busca por elementos que mostrem uma participação menos passiva dos autóctones, que investigue sinais de resistência e/ou negociação entre Roma e as inúmeras comunidades – a marca dos trabalhos historiográficos e arqueológicos feitos após os processos de descolonização (HINGLEY, 2010, pp. 3). Tendo pautado seus estudos na influência do imperialismo na construção do conceito de Romanização, ele faz uma auto-reflexão do movimento historiográfico ao qual pertence, e se questiona sobre as influências políticas do presente nos conceitos de pluralidade, diversidade e complexidade (HINGLEY, 2010, pp. 3).

Os Limites da Identidade

Com menos análises teóricas e mais estudos de caso, historiadores e arqueólogos de diversas nacionalidades têm tentando ir além da simples idéia de adoção cultural que o

³ “Appeals to the past are amongst the commonest of strategies in the interpretation of the present. What animates such appeals is not only disagreement about what happened in the past and what the past was, but uncertainty about whether the past really is past, over and concluded, or whether it continues, albeit in different forms.” HINGLEY, *Roman Officers And English Gentlemen*, pp. XI, 2000.

termo Romanização carrega consigo. Tomemos como exemplos os especialistas Martin Millet, Greg Woolf, Louise Revell, David J. Mattingly, Susan Alcock, C. R. Whittaker, Andrew Wallace-Hadrill, Simon Keay e Ian Morris. Todos eles serão analisados como representantes de tendências historiográficas atuais.

Começemos por dois especialistas em províncias do império romano. Martin Millet e Greg Woolf, que estudam a Bretanha e a Gália, respectivamente, vêem o processo de romanização como uma espécie de síntese cultural, “uma resposta da elite indígena à dominação” (PINTO, 2003, p. 22). A adoção da cultura material de origem romana pelas elites locais passa a ser vista como novo instrumento legitimador da manutenção da ordem social anterior, substituindo o domínio pelas armas (PINTO, 2003, pp. 23). A principal diferença entre eles está no fato de Woolf vislumbrar um projeto romano de expansão a partir de Augusto, associando a isso a difusão de um “tipo ideal” denominado *Humanitas* (WOOLF, 1998, p. 54). Martin Millet, por outro lado, enxerga uma política externa de Roma voltada para alianças e influências indiretas nas diversas regiões conquistadas. Trataria-se de uma Romanização própria, uma auto-romanização, um projeto das elites locais de adotar os hábitos dos romanos com a finalidade de manterem-se no topo da hierarquia social (MILLET, 1990, p. 38). O Império assim pode ser visto como o incentivador de uma “livre iniciativa”, um *laissez-faire* à qual as elites locais vão se associando. O restante da população, nessa lógica, adotaria a cultura romana por imitação de seus dirigentes (HINGLEY, 2005, p. 42)

Louise Revell critica essa visão, principalmente a de Martin Millet, por não acreditar que a experiência de compartilhar a identidade romana fosse um fenômeno restrito às elites (REVELL, 2009, p. 153 e p. 192). Ela prefere trocar o conceito de Romanização por *Roman-ness* (sic): se ambos mostram-se teleológicos, ao menos o último tem o diferencial de ser entendido como um discurso propagado conscientemente por Roma, através da arquitetura das cidades e do culto ao imperador. Os espaços públicos são para essa autora “Espaços Sociais”, que, ao serem analisados, podem dar pistas de como os indivíduos compartilhavam a experiência de “ser romano” (REVELL, 2009, p. 21):

as estruturas do imperialismo romano, como a religião, o urbanismo e o culto imperial, encontravam-se na rotina diária da população das províncias, e, através dessas atividades, eles compartilhavam um amplo discurso imperial de como uma vida romana deveria ser vivida (REVELL, 2009, p. 193).

O problema dessa abordagem é o mesmo que a autora propõe como solução: a variedade de possibilidades de se viver a experiência de ser romano esvazia qualquer argumentação e acaba subjetivando o estudo. A autora afirma, entretanto, que o caminho seria encontrar os pontos em comum nessas várias percepções, tendo em vista o quadro de variabilidade e complexidade que se apresentava (REVEL, 2009, p. 193).

Tirar o foco da Romanização do campo da identidade romana pura e simples, e aproximá-la de um discurso propagado pelos espaços constantemente alterados pareceu uma boa saída encontrada por Louise Revell. Mas subjetivar dessa maneira o processo, e fragmentar as várias percepções da identidade romana, apresenta-se como uma proposta perigosa, uma vez que a violência, a imposição, as lutas, as desigualdades e quaisquer outras mazelas somem da análise. O mundo, assim, vira um palco em que os indivíduos experimentam e compartilham com seus pares as identidades disponíveis, não havendo qualquer forma de embate entre eles.

Em um artigo intitulado “*Imperialism and culture: the roman initiative*”, que consta em uma coletânea organizada por David Mattingly, *Dialogues in Roman Imperialism* [1997], C. R. Whittaker retoma a visão tradicional de focar o poder romano como agente transformador. Sem se referir diretamente ao termo Romanização, ele problematiza o que chama de Ideologia do Poder, dividindo-a em duas: a ideologia sacra e a secular. Relegando a primeira para questões de pano de fundo, Whittaker argumenta que a ideologia secular possuía duas vias distintas, uma que procuraria restaurar a disciplina no Oriente, e outra que tinha como meta criar ordem no Ocidente bárbaro. A cidade e o exército seriam os agentes responsáveis por fazer o discurso tornar-se realidade. Whittaker faz praticamente o mesmo caminho que Millet, mas com a diferença de não focar exclusivamente as elites, pois, ao apontar o Poder Romano como principal agente das transformações, ele pode argumentar que o estilo de vida das cidades propiciava uma Romanização de toda a população das provinciais (WHITTAKER, 1997, pp. 143-164).

Andrew Wallace-Hadrill é um pesquisador que foge um pouco deste padrão de olhar exclusivamente para a relação entre Roma e suas províncias, como se fossem dois entes em contato exclusivo, e coloca em discussão a identidade romana em oposição à grega. No livro *Rome's Cultural Revolution*, este especialista trata a romanização e a

helenização como processos de troca de códigos dentro de um único fenômeno: o aumento do consumo e da luxúria provocado pela expansão do modelo de viver em cidades (WALLACE-HADRIL, 2008, p. 301). Ele atenta para a questão cronológica das diferentes etapas do consumo nesse mundo greco-romano: o final da república aparece como o momento do auge da importação dos produtos helênicos promovidos pelos *negotatores* itálicos, seguido por um período em que Augusto procurara naturalizar/harmonizar a *ratio* grega com a *consuetudo* romana, que seria a marca da *romanitas*, evidenciada, entre outros espaços, nos banhos públicos. Assim, no início do Império, ficaria evidente que a *romanitas* gerara uma demanda interna nas províncias, e essa seria a revolução provocada pelos romanos: intensificar o consumo a patamares até então inimagináveis, provocando, com isso, alterações profundas na maneira de viver, falar, rezar, interagir das populações locais (WALLACE-HADRIL, 2008, p. 315-355).

Assim como Louise Revell, Andrew Wallace-Hadrill afasta-se das questões espinhosas de imposição de uma nova identidade, ou mesmo de uma adoção com fins estratégicos, e procura entender como atua nas províncias (e na própria cidade de Roma no caso de Wallace-Hadril) o discurso de ser romano – seja a *Roman-ness* da primeira ou a *Romanitas* deste último. Aqui há uma clara tentativa destes autores se distanciarem da proposta de Martin Millet, isto é, procuram sair do modelo da emulação por parte das populações subalternas, buscando na alteração dos espaços públicos promovidas por Roma uma alternativa que explique a maciça presença de artefatos arqueológicos de origem itálica nas províncias. Se a historiadora opta por subjetivar o processo e transformá-lo em uma experiência vivida por cada um dos indivíduos habitantes das províncias, o historiador inglês, apesar de considerar dados arqueológicos provinciais, tem como objeto de estudos a cidade de Roma, sendo ela o grande modelo de *romanitas* a ser difundido pelo império.

Os especialistas David Mattingly e Susan Alcock, em dois artigos escritos para uma seção temática da importante coletânea mencionada anteriormente [*Dialogues in Roman Imperialism*], realizam um interessante exercício de pensar estes processos descritos acima sob a perspectiva das províncias. Na seção “Imperialismo e Território”, Susan Alcock analisa a Grécia como uma provável região de resistência à romanização e ao imperialismo romano. Já David Mattingly, especialista em norte da África, procura observar como a

presença romana nessa região possibilitou o surgimento de “oportunidades” de enriquecimento para uma pequena parcela da elite provincial.

Em seu “*Greece: a landscape of resistance?*”, Alcock começa questionando uma parte da historiografia que utiliza a noção de sucesso e fracasso nas análises das províncias do Império Romano. Existiria uma divisão clara para esses historiadores: as bem sucedidas provinciais que forneceriam muitos produtos para Roma, e aquelas fracassadas produtivamente, pois seu território rural era infértil. Segundo Alcock, a Aqueia – região da Grécia estudada por esta autora –, tradicionalmente, é colocada nesse segundo tipo, muito em função de sua geografia acidentada e irregular. Em uma crítica a essa visão tradicional, ela afirma que o fato da elite aquéia preferir a cidade e as vilas em detrimento do campo, teria provocado a baixa produção da região durante os primeiros anos do império. Susan Alcock vai ainda mais longe e afirma que esse teria sido um dos elementos de reconfiguração da identidade desse grupo, que procuraria preservar e ressaltar algumas características atribuídas a seus ancestrais, como devoção à polis, genealogias locais, histórias míticas, demarcação clara de fronteiras com vizinhos e, o mais importante, a reputação cívica. Para ela, o reforço dessas características na formação identitária dessa elite nesse período significaria uma clara forma de resistência à presença romana, e, além de tudo, explicaria o porquê da baixa produtividade da província, se comparada, por exemplo, ao Norte da África de David Mattingly (ALCOCK, 1997).

Para ele o questionamento a se fazer era se a produção de riqueza na região teria sido, de alguma forma, aproveitada pela população local. Assim, o artigo *Africa: a landscape of opportunity?* começa com uma discussão acerca dos mecanismos de imposição do imperialismo romano sobre o norte da África, como o exército, a divisão e centralização política nas províncias (MATTINGLY, 1997, pp. 118-124). Em seguida, apresenta um quadro em que as zonas rurais são loteadas e entregues a particulares ou são cuidadas por representantes do imperador. Passa-se a utilizar em larga escala o trabalho escravo e toda a produção é voltada para exportação (MATTINGLY, 1997, pp. 124-126). Tendo a paisagem sofrido essas alterações, ele propõe que, longe de ser um projeto romano criar uma zona de incentivo ao empreendedorismo – pensando na questão das oportunidades –, a presença romana criara uma série de circunstâncias que foram aproveitadas principalmente pelas elites: I – parte do lucro proveniente do excedente agrícola ficaria na região, por conta do

transporte; II – a presença constante do exército estimularia a produção no interior na Namíbia e da Tripolitânia; III – passou a existir uma parceria mais intensa entre donos de terras e arrendatários, que concentravam cada vez mais poder e riqueza; IV – a sedentarização de várias tribos fazendo com que seus líderes virassem grandes donos de terras. Todas essas situações poderiam ser vistas como formas da elite local se inserirem na nova lógica implementada por Roma (MATTINGLY, 1997, p.134).

Os autores apresentados até aqui, de certa forma, representam os caminhos tomados pela historiografia nos últimos quarenta anos, ou seja, temos visto desde trabalhos que reforçam uma idéia de Romanização efetiva das elites provinciais (Millet, Woolf e Whittaker), até estudos que optaram por buscar entender e analisar as identidades dos romanos e dos habitantes das províncias, com os focos variando do centro (Revell e Wallace-Hadrill) para a periferia (Mattingly e Alcock). E neste ponto precisa ficar claro que estes e outros autores não devem ser reduzidos à simples classificação aqui apresentada. Se tomarmos como exemplo Greg Woolf, devemos lembrar que é um dos grandes especialistas sobre a Gália romana da atualidade. A divisão aqui apresentada levou em consideração o posicionamento dos especialistas com relação ao tema da Romanização, que é central para nossa análise. Os dois últimos autores que serão analisados nesse artigo, Simon Key e Ian Morris, ainda que trabalhem com o tema das identidades, estão em um bloco separado destes outros por questões metodológicas. O primeiro por analisar uma região em especial, a Península Ibérica, que vem sendo estudada sobre a influência da Romanização, mas possui algumas características peculiares que ajudam a questionar fortemente o uso deste conceito. Já o último autor analisado apresentará uma das discussões mais atuais nos estudos clássicos, que passam por uma (ainda nebulosa e mal esquematizada) mudança de paradigma.

E a diversidade?

Simon Key é especialista em arqueologia da Ibéria – usaremos este termo para evitar qualquer relação com os atuais países da região, mas é preciso ressaltar que os estudos deste autor se restringem a algumas porções da Espanha, pois a província Terraconense é seu objeto específico. Em um capítulo do livro *“Italy and the West: comparative issues in Romanization”* (KEY e TERRENATO, 2001), este autor traz uma

visão recorrente da presença romana na península. Tendo como título “*Romanization and the Hispaniae*”, o texto de Keay é emblemático para a análise que faremos da historiografia sobre a região. Ao apresentar seu objeto de estudos, o autor faz questão de ressaltar que o ambiente encontrado pelos romanos era altamente complexo, uma vez que “a realidade arqueológica sugere que os povos do sul e da costa leste da Ibéria haviam sido influenciados, de certa forma, por um amplo desenvolvimento cultural e político em curso em outros lugares no Mediterrâneo, como a orientalização, urbanização nos modelos fenício e grego e a disseminação da escrita” (KEAY, 2001, p. 124). Este complexo pano de fundo seria responsável por moldar a dinâmica da romanização na região, dando origem às suas peculiaridades. No século III a.C. os romanos teriam encontrado as regiões que margeavam o mar Mediterrâneo envolvidas por uma “hierarquização social estratificada”, com centros urbanos mantendo contatos entre si, e aquelas mais ao interior com variadas formas de organização (KEAY, 2001, p. 126), difíceis de serem classificadas. Entretanto, o fato que as une é o importante papel desempenhado pelas elites na centralização e condução da extração de recursos naturais. É exatamente este o ponto de contato entre os romanos e os “nativos” da região. Segundo Simon Keay, os primeiros organizaram a Romanização da região pelo viés econômico e político, trazendo as elites para a administração das províncias com o objetivo de direcionar os produtos por elas obtidos para a península Itálica. Assim, essas “mudanças podem ser definidas como romanização, uma vez que elas eram sintomáticas de comunidades nativas sendo atraídas para uma relação econômica e cultural cada vez mais estreita com Roma” (KEAY, 2001, p. 129). Podemos perceber que, assim como fazem Martin Millet, Greg Woolf e C. R. Whittaker, as elites, para Simon Keay, são os portais da Romanização, e ela ocorre por meios políticos, econômicos e culturais.

Se essa análise acompanha *pari passu* uma das formas que o conceito de Romanização tem adquirido nos últimos tempos, ela evidencia, entretanto, uma contradição muito comum: de uma região complexa política, econômica e culturalmente falando, com gregos, fenícios e populações locais – tradicionalmente vistas como celtas, ibéricas, celtibéricas, entre outras – coexistindo e modificando a paisagem, a Ibéria torna-se, com a chegada dos romanos no século III, outro mundo, onde os forasteiros vão interagir com os “NATIVOS”. Ou seja, de uma relação extremamente heterogênea, passamos, com o início das guerras Púnicas, a tratar de dois entes, o romano e o pré-romano, relacionando-se e

transformando a região, tendo os primeiros o papel ativo, uma vez que dão nome ao processo.

Desta forma, chegamos ao ponto nevrálgico deste artigo: mesmo tendo em mente a complexidade da região antes da chegada dos romanos, os arqueólogos e historiadores têm insistido na idéia de Romanização. Assim sendo, podemos nos perguntar: para onde foram os elementos gregos e fenícios? Se este processo que ocorre na região não possui os romanos como único elemento, por que insistir com a Romanização? Se não é romanização, o que é? O que nos dizem as fontes escritas e materiais a este respeito?

O Mediterrâneo como proposta alternativa

Alguns pesquisadores vêm procurando alternativas a esta idéia de Romanização. Essa mudança de perspectiva é acompanhada por uma revisão no modelo de mundo greco-romano. Partindo da discussão dos paradigmas Mediterrânicos que vêm sendo debatidos nas ciências humanas desde a década de 80, no capítulo que escreve para o livro “*Mediterraenan Paradigms and Classical Antiquity*”, de Irad Malkin [2005], Ian Morris atrela este debate a uma tentativa de superar, de ir além do modelo (ou paradigma) proposto por Moses Finley, na década de 1970. Morris aponta o livro *Corrupting Sea*, como a principal obra a teorizar e a refletir sobre o Mediterrâneo como um espaço não mais de trocas (Braudel), mas como um espaço dotado de lógica própria e historicizável (MORRIS, 2005, p. 33-34). Para Horden e Purcell, autores do livro, era possível e necessário se fazer uma história do mediterrâneo, em função da conectividade oriunda da interdependência de suas microecologias (HORDEN, PURCELL, 2000, p. 90).

Para Ian Morris, a idéia de se estudar o Mediterrâneo como um espaço de integração é importante. Entretanto, ele destaca a ausência do tempo na proposta destes últimos historiadores, e propõe que, se essa integração for pensada como processo, os paradigmas Mediterrânicos podem ser úteis. Nas palavras dele:

Mobilidade, conectividade e descentralização possuem HISTÓRIAS. Para os mercenários da Grécia arcaica ou os mercantes do Cairo Medieval, o Mediterrâneo pode ter sido muito aberto, mas em outros momentos e lugares, grandes instituições e estruturas estáveis importavam muito mais. (MORRIS, 2005, p. 43)

Para este autor, os estudos comparativos devem ser uma das metas dos especialistas em antiguidade. E ele tem em mente um paradigma evidente: a globalização. Em sua lógica, o Mediterrâneo deveria ser pensado como um conceito, assim como globalização, nascendo, dessa forma, o título de seu capítulo: *Mediterranização* (*Mediterranization* no original). Seria um “jogo limpo”, em que os analistas deixariam claro que seu paradigma é aquele que eles vivenciam, o da globalização, e assumiriam as consequências. Logo, a história **no** Mediterrâneo – o mar como palco de trocas comerciais e identitárias – e a história estática **do** Mediterrâneo – Horden e Purcell – seriam vistas como um processo; as instituições, Estados e impérios não deixariam de existir com a interconexão do mar; o olhar para determinadas regiões, e não para toda a bacia deste mar, seria um dos caminhos a seguir, podendo variar, inclusive, a escala de análise; e, com o acúmulo de estudos de unidades cada vez maiores, o uso de definições, tipologias e ferramentas quantitativas seriam necessários [MORRIS, 2005, pp. 30-51], Para Ian Morris, a *Mediterranização* funcionaria como um meio termo entre o conservadorismo de se estudar a antiguidade como a sucessão de impérios, e a proposta ainda insuficiente – metodologicamente e teoricamente – dos estudos Mediterânicos baseados no *Corrupting Sea*.

Conclusão

A Romanização, assim, tem sido cada vez mais deixada de lado pelos estudos atuais, muito em função dos seus próprios problemas – a forte carga civilizatória do termo –, mas também por conta das novas perspectivas teóricas. Estas últimas começam a pensar a Integração dos seres humanos ao longo do tempo, em diferentes espaços, com uma série de fatores a serem considerados, como uma alternativa ao modelo do Estado Nação. A interconectividade, os emaranhamentos quânticos, os pontos nodais de comunicação, e tantos outros termos têm permeado os livros sobre a antiguidade no início do século XXI. Nesta nova tendência, a simples adoção de hábitos dos romanos por povos ao redor da bacia do mar Mediterrâneo e suas regiões interioranas esvazia-se de qualquer sentido, e seu questionamento nos ajuda a direcionar nossa atenção a elementos importantes, como a presença fenícia e grega no extremo oeste da Europa já nos séculos IV a.C., outrora ofuscados pelo termo Romanização.

Bibliografia

- ALCOCK, S. E. Greece: a Landscape of resistance?, In: MATTINGLY, D. J. (Org) *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. Portsmouth, Rhode Island, 1997. p. 103-115
- ANDO, C. *Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire*. 1ª edição. California, University of California Press, 2000.
- BRUNT, P. A. The army and the land in the Roman Revolution. *The Journal of Roman Studies* Vol. 52, 1962, pp. 69-86.
- BUCHSENSCHUTZ, D. *Strabo of Amasia: a Greek man of letters in Augustan Rome*, Londres, Routledge, 2000.
- FINLEY, M. I. *Política no Mundo Antigo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. [1ª edição: 1983].
_____. *A Economia Antiga*. Porto: Afrontamento, 1986. [1ª edição: 1973].
- FREEMAN, P. W. M. Mommsen through to Haverfield: the origins of Romanization studies in late 19th-c. Britain. In: Mattingly, D. J. (Org), *Dialogues in Roman imperialism: power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. Portsmouth, Rhode Island, 1997. p. 27-50.
- GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. In: *Politeia, Vitória da Conquista*, v. 3, 2003, pp. 41-61.
_____. História científica, história contemporânea e história cotidiana. In: *Revista Brasileira de História*, 24 (48), 2004, pp. 13-38.
_____. Apresentação, In: SILVA, G. V. e MENDES, N. M. *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro, Mauad, 2006.
_____. Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano. Um Ensaio. In: *Revista Mare Nostrum. Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo* (1), p. 113-127, 2010.
- HINGLEY, R. *Roman officers and English gentlemen: the imperial origins of Roman archaeology*, Londres, Routledge, 2000.
_____. Recreating coherence without reinventing Romanization, *Digressus Supplement* 1, 111-119, 2003.
_____. *Globalizing Roman Culture: Unity, diversity and Empire*, London and New York: Routledge, 2005
_____. Not so Romanized? Tradition, reinvention or discovery in the study of Roman Britain, *World Archaeology*, 40: 3, 427-443, 2008.
_____. Eurocentrism and theory in Roman Archaeology: a further contribution to the Romanization debate. In: *BAR International: New perspectives on the Ancient World: Modern perceptions, ancient representations*. 2008
_____. Globalization and Roman imperialism: Encountering Empire/empire studies RAC 2010, session on Roman Imperialism (Hitchner and Mattingly), 2010.

- HORDEM, P. & PURCELL, N. *The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History*. Oxford, Blackwell Publishers, 2000.
- KEAY, S. Romanization na the Hispaniae. In: KEAY, S. & TERRENATO, N. *Italy and the West: comparative Issues in Romanization*. Oxford, Oxbow Books, 2001.
- KEAY, S. & TERRENATO, N. *Italy and the West: comparative Issues in Romanization*. Oxford, Oxbow Books, 2001.
- LINTOTT, A. The crisis of the Republic: sources and source-problems. In: CROOK, J. A., & LINTOTT, A. *The Cambridge Ancient History, Volume IX, 2ª Edição*. Cambridge, Cambridge University Press, 1994.
- MALKIN, I. *Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity*. Nova Iorque, Routledge, 2005.
- MATTINGLY, D. J. Africa: a landscape of opportunity? In: MATTINGLY, D. J. (Org) *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. Portsmouth, Rhode Island, 1997. p. 117-139
- MILLETT, M. *The Romanization of Britain: an essay in archaeological interpretation*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990
- _____. Roman Interaction in north-western Ibéria, In: *Oxford Journal of Archaeology* 20: 157-170. 2001.
- Mommsen, T. *Römische Geschichte*. 8 Volumes. München 2001.
- MORRIS, I. Mediterraneanization. In: MALKIN, I. *Mediterranean Paradigms and Classical Antiquity*. Nova Iorque, Routledge, 2005.
- NICOLET, C. *Space, geography, and politics in the early Roman empire*. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1991.
- PINTO, R. *Arqueologia e Romanização: Os Discursos Arqueológicos e a Cultura Material da Bretanha Romana*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2003. Sob a Orientação do Profº Dr. Pedro Paulo A. Funari.
- POTHECARY, S. Strabo, Polybios, and the Stade. *Phoenix*, Vol. 49, No. 1. 1995.
- _____. Strabo the Geographer: His Name and Its Meaning, In: *Mnemosyne, Fourth Series*, Vol. 52, No. 6, (Dec., 1999), pp. 691-704
- _____. The Expression "Our Times" in Strabo's Geography, In: *Classical Philology*, Vol. 92, No. 3, (Jul., 1997), pp. 235-246
- _____. Strabo, the Tiberian Author: Past, Present and Silence in Strabo's "Geography", in *Mnemosyne, Fourth Series*, Vol. 55, No. 4, (2002), pp. 387-438.
- _____. *Strabo and the 'Inhabited World'*, Canada, University of Toronto, 1995. (Tese)
- REVELL, L. *Roman Imperialism and Local Identities*. Cambridge, Cambridge University Press, 2009.

SADER, E. (Org) *Cultura e Política*. São Paulo, Boitempo, 2003.

SAID, E. *Culture and Imperialism*, Nova Iorque, 1º Vintage Books Edition, 1993.

_____. *Orientalism*. Vintage; 1st Vintage Books, 1979.

SECCO, L. *A revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. São Paulo, Alameda, 2004.

Ste. Croix, G.E.M. de. *The class struggle in the Ancient Greek world*. Ithaca, Cornell University, 1998.

THOLLARD, *Barbarie et Civilisation chez Strabon : etude critique des livres III et IV de la Geographie*. Paris, les Belles Lettres. 1987.

VIDAL, Dominique . “A perseguição ao Islã e o neofacismo”, In. *Lê monde Diplomatique Brasil*, 03 de Janeiro de 2011.

WALLACE-HADRILL, A. *Rome’s Cultural Revolution*. Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

WHITTAKER, C. R. *Imperialism and culture: the Roman initiative*. In. MATTINGLY, D. J. (Org) *Dialogues in Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in the Roman Empire*. Portsmouth, Rhode Island, 1997, p. 143-164.

WOOLF, G. *Becoming Roman: the origins of Provincial Civilization in Gaul*. Cambridge, U.K.; New York, NY, USA : Cambridge.